# Os Colegiados de Curso e a Formação Continuada de Professores

**Vânia Meneghini da Rocha**[1]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7468-2994
Instituto Federal Catarinense, Araquari, Brasil
E-mail: vania.rocha@ifc.edu.brr
**Noara Teófilo Klabunde**[2]
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9022-6326
Instituto Federal Catarinense, Araquari, Brasil
E-mail: noara.klabunde@ifc.edu.br

## Resumo

A formação continuada desempenha um papel fundamental nas discussões referentes às mudanças curriculares e pedagógicas do ensino médio integrado, buscando assegurar qualidade do ensino e promovendo a integração entre o ensino técnico e a educação geral. Este artigo analisa a formação continuada no Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari, abordando os desafios enfrentados no contexto institucional e a atuação da equipe pedagógica do Núcleo Pedagógico (NuPe) neste processo ressaltando a importância da colaboração e do diálogo na comunidade acadêmica, particularmente nos Colegiados de Curso. A pesquisa, de abordagem qualitativa, apresenta um estudo de caso, por meio de levantamento e análise documental, que descreve a experiência da equipe pedagógica ao planejar e desenvolver ações de formação continuada de docentes e técnicos-administrativos, dentro dos colegiados de curso, desde 2014. A pesquisa revelou que os colegiados de curso desempenham um papel relevante como espaços de formação continuada para superar os desafios e alcançar os objetivos educacionais.

**Palavras-chave:** Formação docente; Ensino Médio Integrado; Instâncias Colegiadas.

## 1 FORMAÇÃO CONTINUADA NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS ARAQUARI: O CONTEXTO INSTITUCIONAL E SEUS DESAFIOS

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, como uma política pública para a educação que combina o discurso de educação de qualidade e profissionalização, acessível a qualquer pessoa independente de seu nível social e escolaridade. Os discursos

[1] Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville (PPGE-UNIVILLE). Pedagoga no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Araquari.
[2] Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE UFPR). Pedagoga no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Araquari.

oficiais apresentaram desde o início – principalmente no que dizia respeito ao ensino médio profissionalizante – a possibilidade de que esta nova instituição superasse o dualismo expresso pela separação entre o ensino técnico como última etapa da formação do trabalhador e uma escola de educação geral para o prosseguimento nos estudos (BRASIL, 2010), marca recorrente nas políticas públicas para esta etapa educacional.

São instituições destinadas à oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008), onde, diante da necessidade de conjugar conhecimentos técnicos e tecnológicos com práticas pedagógicas, abre-se um universo cultural heterogêneo e complexo para a organização dessas instituições, o que sinaliza que a Educação Profissional é um campo desafiador tanto para o fazer docente quanto para o trabalho técnico-pedagógico.

Neste contexto, o Instituto Federal Catarinense (IFC) surge no ano de 2008, a partir da união de três Autarquias Federais (Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, Escola Agrotécnica Federal de Rio Sul e Escola Agrotécnica Federal de Sombrio) e de duas Escolas Agrícolas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina (Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira e Colégio Agrícola de Camboriú. Atualmente é formado por 15 campi, espalhados pelo estado de Santa Catarina, além da Reitoria, localizada na cidade de Blumenau.

As equipes pedagógicas do IFC, chamadas de Núcleos Pedagógicos (NuPe), começaram a ser constituídas em 2010, pelas primeiras pedagogas, a partir de suas vivências e discussões na nova instituição sobre seu papel na Educação Profissional e Tecnológica e suas atribuições. Assim, em 2011, é publicado o primeiro regulamento que constituía o NuPe do Campus Araquari. Já em 2014, é publicado o regulamento que cria o Núcleo Pedagógico em todos os campi do IFC (2014). Atualmente a última atualização da regulamentação se dá pela Resolução nº 20/2022, do Conselho Superior do IFC.

Desde então, em todos os regulamentos está expressa a função articuladora, formadora e transformadora que as equipes pedagógicas têm e, neste sentido, pedagogos precisam estar atentos ao seu papel político, oportunizando discussões acerca dos problemas educacionais e que tangenciam a ação docente, refletindo sobre a necessidade de mudança, diante das exigências do contexto atual de reformas de políticas públicas, que continuam a apresentar desafios que demandam novas configurações para o trabalho.

Pode-se pressupor que os desafios para a formação de professores no IFC

> são também os desafios de outros Institutos Federais, uma vez que as políticas de formação inicial de docentes para a Educação Profissional no Brasil têm sido descontinuadas e acabam por representar um problema no âmbito educacional brasileiro. (KLABUNDE, ROCHA, TESTA, p. 3, 2018).

Diante disso, evidencia-se a necessidade de construção de uma política institucional unificada para a formação continuada dos professores do IFC e, não menos importante, a construção de uma política institucional unificada para nortear o trabalho das equipes pedagógicas que atuam, direta ou indiretamente na formação de professores, objetivando também a formação dos formadores.

Pois, embora pedagogos trabalhem inevitavelmente em situações inesperadas do cotidiano escolar, a formação é um investimento onde os resultados só serão

observados após um longo período de trabalho, é “um movimento constante e contínuo de construção e reconstrução da aprendizagem pessoal e profissional” (SOUZA, 2004, p. 55), envolve saberes, experiências e práticas, portanto busca a reflexão formativa, muito além de soluções emergenciais.

A valorização do magistério, a busca de condições materiais objetivas para que a formação ocorra, a atenção aos professores que nunca realizaram formação específica para atuação na Educação Profissional ou para atuar como professores, certamente perpassa a dimensão política da práxis dos pedagogos e o enfoque necessário precisa ser dado às narrativas de experiências acerca do desenvolvimento profissional dos professores. Ainda, tendo o cuidado de não atrelar a melhoria da qualidade do ensino, somente à formação dos professores, correndo, com este reducionismo, o risco de deixar de lado sua dimensão ética e política, bem como as discussões e reflexões sobre os fins da educação.

Além disso, docentes e técnicos-administrativos enfrentam também os desafios das mudanças que afetam as relações profissionais, as inovações tecnológicas, além da exigência de maior atenção à justiça social, às questões éticas e à sustentabilidade ambiental e social. Portanto, é necessária a construção e a reestruturação dos saberes e conhecimentos fundamentais à profissão no que diz respeito à análise e reflexão crítica sobre sua ação (MACHADO, 2008).

## 2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MUDANÇAS CURRICULARES E PEDAGÓGICAS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Para contribuir com a expressão do desafio que representa a formação de professores neste Instituto Federal, ressalta-se que a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio vem passando por modificações em sua organização e concepção ao longo dos últimos anos, fomentadas por diversas discussões, iniciadas a partir da publicação da Resolução CNE/CEB nº 06/2012 que estabelecia os princípios e os critérios para a organização dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que culminaram com a sistematização de todo este processo de amplo diálogo e de reunião de bases conceituais no e-book "Ensino Médio Integrado no IFC: estudos e reflexões – Sistematização das discussões do Grupo de trabalho (GT) Ensino Médio Integrado do IFC" (2017).

Tomando como ponto de partida estas duas publicações, principalmente, mas não somente, um outro movimento foi iniciado e resultou na Resolução nº16/2019, do Conselho Superior, que estabeleceu as Diretrizes para a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do IFC, conduzindo a reformulação dos seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), para adaptá-os às novas diretrizes e para que entrassem em vigência ainda no ano de 2020. Tais mudanças foram incorporadas às normas e procedimentos acadêmicos relacionados aos cursos técnicos integrados, com a publicação da Resolução nº 10/2021, do Conselho Superior, que estabeleceu a Organização Didática dos Cursos do IFC, alinhada à concepção político-pedagógica da instituição para o ensino médio integrado.

Todo este longo processo de discussões, debates, encontros, produções e amadurecimento institucional contou com a participação de diversos atores pertencentes a comunidade escolar, que compuseram a Comissão Permanente de Implantação e Acompanhamento das Diretrizes dos Cursos Técnicos (CIPATEC),

entretanto, ainda que tenha sido um processo democrático de participação, com ampla representatividade de todos os segmentos, não houve o envolvimento de todos de forma direta, o que torna necessário levar ao conhecimento dos envolvidos no processo educativo, tanto o percurso quanto o resultado destas discussões e que hoje estão refletidos nos novos PPC implementados.

Ao mesmo tempo, consiste num movimento que não se encerra nas alterações dos PPCs, ao contrário, é contínuo na sua implementação, avaliação e reformulação, o qual culmina, anualmente, com a realização dos Seminários da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio, desde 2017 e que, em 2023, realizou sua VI edição, promovendo encaminhamentos e mudanças que afetam tanto as diretrizes, quanto na organização didática dos cursos.

Diante deste contexto de mudanças, os servidores, docentes e técnicos administrativos, ligados diretamente ao Ensino Médio Integrado, relatam dificuldades para colocar em movimento algumas mudanças das práticas expressas nos novos PPC. Em 2023, as discussões promovidas no seminário, a partir das demandas e dificuldades dos campi, destacaram questões sobre currículo: integração, intersecção e práticas profissionais, tempos, espaços e, por fim, a temática da avaliação levantou importante debate, sobretudo o processo de recuperação de estudos de forma paralela que, embora previsto em lei, desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, e detalhado nas diretrizes, na organização didática e nos projetos de curso, sua implementação nos campus ainda se apresenta como grande desafio.

Estas representam algumas das mudanças nas práticas pedagógicas que justificam a necessidade de investir esforços no processo de formação continuada dos servidores ligados ao ensino no IFC Campus Araquari. Entretanto, muitas outras práticas precisam ser ressignificadas ou incorporadas para que possam refletir de fato a concepção pedagógica e as escolhas políticas expressas nos novos PPC.

Nesse contexto, os pedagogos que atuam nas equipes pedagógicas têm papel fundamental no auxílio à organização dos processos escolares, sobretudo na formação continuada de professores, pois esta é uma condição sem a qual dificilmente haverá melhoria na qualidade do processo de ensino e aprendizagem (PLACCO et al, 2012). No IFC, os NuPes se constituem em “espaço de assessoramento, reflexão, re/elaboração e proposição do fazer pedagógico" (IFC, 2022), tendo como uma de suas atribuições organizar momentos de formação pedagógica.

Assim, evidencia-se que, a cada dia, se torna mais importante desenvolver a formação continuada, articulada aos interesses dos profissionais da instituição, em conexão com o Projeto de Desenvolvimento Institucional, que possibilite a reflexão constante acerca do desenvolvimento de pedagogias apropriadas à Educação Profissional, da troca de experiências realizadas neste campo, do fortalecimento do elo Ensino-Pesquisa-Extensão, da profissão, das relações de trabalho e de poder nas instituições de educação, da necessidade de dar maior atenção da justiça social, às questões éticas (MACHADO, 2008), de inclusão e da diversidade que permeiam a razão de ser dos Institutos Federais.

## 3 COLEGIADOS DE CURSO COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Ao discutir as políticas direcionadas à gestão da educação básica, Dourado (2007, p. 924) afirma que é necessário ter "uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos [...] bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais". Desse modo, é importante buscar as possibilidades para proporcionar aos profissionais da educação processos formativos que contribuam para a construção de uma base pedagógica sólida e não fiquem restrito tão somente ao aprendizado de metodologias de ensino e estratégias de aprendizagem.

Nesse sentido, destaca-se o papel ativo dos colegiados de curso em todo processo de mudanças, mencionado anteriormente, desde a reformulação, implementação e avaliação das políticas e práticas pedagógicas no ensino médio integrado, configurando-se em espaço de formação, de articulação entre as políticas educacionais, numa perspectiva de construção coletiva.

Assim, esta pesquisa de abordagem qualitativa, apresenta um estudo de caso que descreve a experiência da equipe pedagógica do NuPe do IFC – Campus Araquari ao planejar e desenvolver ações de formação continuada de docentes e técnicos-administrativos, desde 2014, debatendo acerca da importância de transformar as reuniões de colegiados de curso em espaços de formação continuada.

No IFC, o colegiado de cada curso é "um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos técnicos, superiores e EJA-EPT no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão" (IFC, 2021), que se reúne mensalmente e é composto pelo coordenador do curso, representante do Núcleo Docente Básico ou Estruturante, professores do curso, técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do NuPe e representante discente. Ao colegiado compete, dentre outras atribuições, analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o PPC. As coordenações de curso compartilham com os colegiados diversas atribuições, dentre as quais está a análise e homologação dos planos de ensino (IFC, 2021), legitimando assim sua força na definição dos processos didático, político e pedagógico.

No estudo de caso o pesquisador analisa um sistema delimitado contemporâneo da vida real ou múltiplos sistemas delimitados (um caso ou mais casos) ao longo do tempo, coletando os dados de forma detalhada de modo que sejam envolvidas várias fontes de informação (CRESWELL, 2014), como por exemplo entrevistas, documentos pessoais e/ou institucionais, relatórios, material audiovisual, observação participante, entre outros.

Os dados foram coletados por meio de levantamento e análise documental para responder a seguinte questão de pesquisa: Como os colegiados de curso podem se tornar espaços de formação continuada de docentes e técnicos-administrativos em educação?

Verificou-se que, num primeiro momento, nas reuniões do NuPe, em 2014, iniciaram-se discussões “sobre a necessidade de promover encontros sistemáticos entre os professores, de modo a permitir a troca de experiências e integração entre as disciplinas, configurando uma nova perspectiva de Formação Continuada” (IFC, 2014).

Em seguida, estudos e reflexões permitiram resgatar o conceito e a finalidade dos colegiados de curso, com a finalidade fomentar esta discussão junto às Coordenações de Curso, Coordenação Geral de Ensino e Direção de Desenvolvimento Educacional, a fim de qualificar a participação dos membros da equipe pedagógica, colaborando na construção de novos sentidos aos colegiados de curso e resgatando sua essência como instância de discussões colegiadas, explorando seu potencial como espaço formativo e de reflexão crítica sobre a prática.

Por fim, os membros do NuPe planejaram as ações a serem desenvolvidas para atingir tais objetivos, dentre elas a continuidade dos encontros para aprofundamento da temática e a participação na avaliação dos planos de ensino, projetos de ensino, pesquisa e extensão de forma compartilhada com os membros dos colegiados.

Ao iniciar esse processo, o NuPe pretendia: resgatar as bases conceituais que definem a gestão democrática na escola e o significado das instâncias colegiadas de participação, incorporando a formação continuada também no âmbito dos colegiados de curso entendendo que o espaço se constituía como oportunidade de discussão horizontal para formação compartilhada entre servidores docentes e técnicos do Núcleo Pedagógico. Dessa forma, contribuindo para o fortalecimento dos colegiados de curso como espaço de exercício de democracia no âmbito do campus.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente artigo buscou destacar a importância de ampliar os espaços de formação continuada, com foco nas discussões pedagógicas que permeiam o ambiente educativo no campus. Ao compreender que os colegiados de curso são locais fundamentais para a reflexão e a resolução de desafios diários, torna-se evidente a necessidade de transcender os limites das tarefas burocráticas dos cursos, qualificando a dinâmica do trabalho realizado neste espaço e promovendo um ambiente propício à evolução constante da prática pedagógica.

A implementação dos novos Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio trouxe consigo mudanças substanciais na organização escolar, exigindo a adoção de novas práticas pedagógicas. Nesse contexto, muitos membros do corpo docente e técnico administrativo se viram diante de desafios e dúvidas quanto à incorporação dessas mudanças, muitas vezes sem compreender plenamente os fundamentos por trás delas e os interesses políticos que nortearam tais transformações.

O processo de apropriação das novas práticas e conceitos expressos nos Projetos Pedagógicos de Curso tornou-se uma necessidade urgente. Isso envolve não apenas a compreensão das mudanças em si, mas também o reconhecimento das motivações filosóficas, epistemológicas e políticas que moldaram tais diretrizes. Além disso, é essencial perceber que essas transformações estão alinhadas com a visão do Ensino Médio Integrado e com a legislação, buscando enfrentar os desafios que ameaçam a continuidade dos cursos na forma atualmente estabelecida no IFC – Campus Araquari e no Instituto Federal Catarinense como um todo.

Diante desse cenário, a formação continuada se apresenta como uma ferramenta crucial para capacitar os membros da comunidade acadêmica a

compreender, abraçar e implementar as mudanças necessárias, garantindo a qualidade e a pertinência do ensino oferecido. A promoção de um ambiente de diálogo e colaboração entre todos os envolvidos é essencial para superar os desafios e alcançar os objetivos educacionais estabelecidos. Portanto, a busca por espaços de formação contínua que transcendam as fronteiras burocráticas é um passo significativo em direção à melhoria constante do processo educativo no campus e à formação integral dos estudantes.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia**: um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepções e diretrizes. Ministério da educação. Secretaria de educação profissional e tecnológica: Brasília, DF, 2010.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de** Nível Médio. Brasília, DF, 20 set. 2012. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 12 nov 2023… Arrumar!

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. In: **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100 - especial, p. 921-946, out. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. [4 reimpressão]. São Paulo: Atlas, 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Núcleo Pedagógico. Araquari. **Ata da reunião realizada no dia 11 abr. 2014**. Arquivo eletrônico.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). Resolução n. 20 – Conselho Superior, de 11 de maio de 2022. **Dispõe sobre a REGULAMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS PEDAGÓGICOS - NUPEs do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**. Blumenau, 2022. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2022/11/Resolucao-no-020-Consuper2022.pdf. Acesso em 12 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Ensino Médio Integrado no IFC: estudos e reflexões**. Blumenau: Editora IFC, 2017. Disponível em:https://ensino.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/10/Ensino-Medio-Integrado-no-IFC.pdf. Acesso em 12 nov. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). RESOLUÇÃO nº 16/2019 – CONSUPER, de 01 abril de 2019. **Dispões sobre as Diretrizes para a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense**, Blumenau, 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). RESOLUÇÃO nº 10/2021 – CONSUPER, de 31 março de 2021. **Regulamenta a Organização Didática dos Cursos de Qualificação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Técnicos e de Ensino Superior do Instituto Federal Catarinense - IFC**, Blumenau, 2021. Disponível em: https://ensino.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/12/Organizacao-Didatica-dos-Cursos-do-IFC.pdf Acesso em: 12 nov. 2023.

KLABUNDE, Noara Teófilo; ROCHA, Vânia Meneghini da; TESTA, Fernanda Ambrósio. Desafios da formação de professores para a Educação Profissional no IFC Araquari. In: **Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão.** Anais...Araquari(SC) IFC, 2018. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/sepe2018/113582-DESAFIOS-DA-FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-A-EDUCACAO-PROFISSIONAL-NO-IFC-ARAQUARI. Acesso em: 10 nov. 2023.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. In: **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v.1 n.1 p.8-22 jun. 2008.

PLACCO, Vera Maria Nigro; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan; ALMEIDA, Laurinda Ramalho. O coordenador pedagógico: Aportes à proposição de políticas públicas. In: **Cadernos de Pesquisa** v.42 n.147 p.754-771 set./dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/WPF5PzGd5zS3QWZPYNhWYDQ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 nov. 2023.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si**: narrativas do itinerário escolar e formação de professores. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.